

# Diálogo e racionalidade

ANC 88

Pasta Dezembro/86

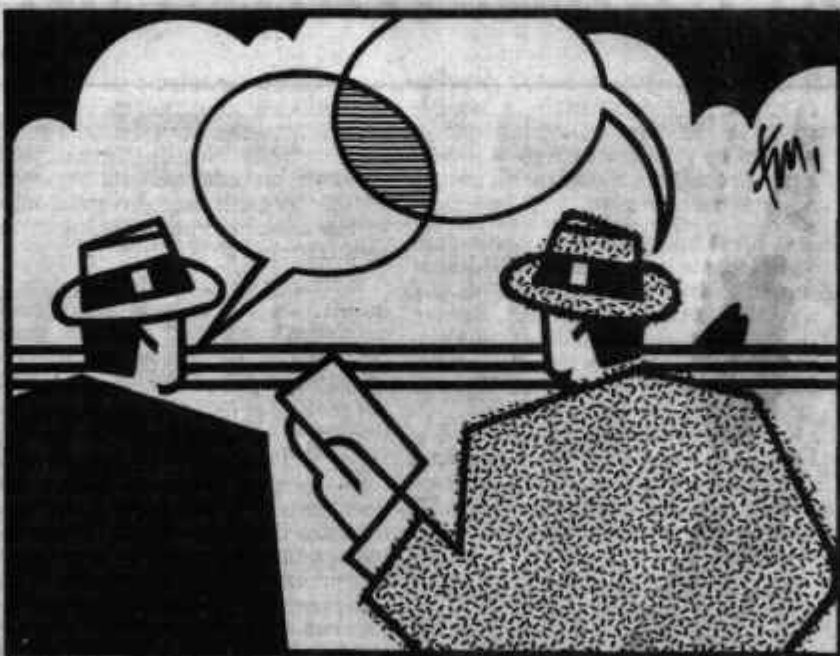
057

ABRAM SZAJMAN

A Nova República não nasceu pronta. Pelo contrário, foi sempre definida, por seus líderes, como uma transição entre o autoritarismo anterior e a democracia, a ser institucionalizada pela Assembleia Nacional Constituinte. Trata-se de um regime provisório por sua própria natureza, que trouxe umas tantas propostas de reformas urgentes, herdou uma carga de problemas graves e, em contato com a realidade, vem procurando corresponder às expectativas liberalizantes e desenvolvimentistas que criou, atender às necessidades inadiáveis sobretudo dos menos favorecidos, iniciar as mudanças que não podiam mais esperar e que eram desejadas pela maioria esmagadora da opinião pública. E tirar o possível partido das circunstâncias nacionais e internacionais tal como concretamente se apresentam.

Se os regimes já solidamente institucionalizados devem mostrar adaptabilidade diante da dinâmica dos acontecimentos, mais ainda um regime de transição. Se a Nova República não nasceu pronta, quando mais não fosse pelo simples fato de estar condicionada, em tudo que faça, às decisões futuras da Constituinte, cumpre entendê-la pelo que é, ou seja, um projeto flexível de transformações e correções de rumo, de posturas, à espera da palavra final que será dada pela Constituinte. Assim sendo, o governo da Nova República deve inevitavelmente agir, de um lado, com a preocupação de ser fiel às sementes reformistas que lançou e, de outro lado, com a consciência de que a Constituinte disporá de poderes para arrancá-las, para plantar outras ou para cultivá-las, o que tem implicações políticas consideráveis. Estamos, pois, num processo complexo que, como todos os processos, exclui a rigidez de posições e exige um máximo de racionalidade. Sendo um processo, cabe acrescentar, a propósito, que talvez seja inadequado, na área econômica, falar-se em Cruzado 1 e Cruzado 2 —no aguardo do Cruzado 3, 4 ou quantos forem— de vez que o que temos são etapas de um mesmo programa, o que deve implicar em coerência e cujo desenvolvimento não pode nem deve ignorar a flexibilidade e a adaptabilidade acima referidas, impostas pelo confronto com a realidade e ditadas pela racionalidade.

As transições são sempre difíceis. Há imobilismos passadistas a vencer, interesses a contrariar, divergências quanto aos rumos a tomar, as prioridades a estabelecer e assim por diante. Há sempre o risco, nessa multiplicidade de fatores a reequilibrar, de incidir em erro. E o governo da Nova República tem errado,



assim como tem acertado. Numa sociedade diversificada como a brasileira, mal saída do autoritarismo, as concepções de erro e de acerto variam segundo os múltiplos segmentos. O que favorece uns, contraria outros. E os canais para o encaminhamento das divergências ainda estão imperfeitamente definidos, tarefa de definição que vai caber, uma vez mais, à futura Constituinte. Em termos institucionais, estamos numa pré-democracia. Temos a vocação democrática, já desfrutamos das liberdades democráticas, mas os instrumentos legais para o equacionamento de tudo isso num sistema orgânico e funcional ainda nos faltam. As fronteiras entre o poder estatal e a vontade da sociedade civil, que aquele poder deve exprimir, permanecem imprecisas. A própria lógica da situação, que confere ao governo a iniciativa, até o dever de agir, dada a premência dos problemas com que nos defrontamos, interna e externamente, determina invasões de territórios, algumas inevitáveis, outras oportunas, outras abusivas. E surgem as correspondentes reações, legítimas algumas, mas, infelizmente, nem todas. No fundo, a questão está na ausência de canais de comunicação claros, decorrentes de nos encontrarmos numa transição, de ainda não termos uma Constituição que reflita o que o país quer e de o governo, apesar disso, ter a responsabilidade de atuar, porque as pressões a que estamos submetidos não vão esperar até que nos reorganizemos. E o governo atual, às vezes sozinho, contentando uns, contrariando outros, desencadeando movimentos que, por seu turno, estão

sujeitos aos mesmos erros e acertos que marcam as decisões das autoridades, num quadro preocupante de desencontros.

A nova Constituição não ficará pronta amanhã ou depois de amanhã. Que fazer, hoje, para que a transição se complete sem traumas que possam distorcer os objetivos democráticos iniciais da Nova República, que receberam respaldo maciço da opinião nacional? Volta à tona uma idéia do presidente José Sarney: o pacto social. A palavra "pacto" não encontra a mesma acolhida em todos os setores. Não é caso para exaustivas discussões semânticas. Que se procure outra palavra: trégua, acordo, consenso, seja o que for. O importante é o sentido profundo do plano presidencial, confiado ao ministro Almir Pazzianotto. Criar mecanismos eficientes de comunicação entre os setores cujos interesses não coincidem. Comunicação que possa antecipar e, idealmente, evitar confrontos que afinal não aproveitam a ninguém e, prejudicando ao Brasil, prejudicam a todos. Há, evidentemente, uns poucos que buscam o confronto, levados pelo princípio do quanto pior, melhor, eis que são incompatíveis com o regime de democracia política e econômica para o qual o país se encaminha e que almeja ver institucionalizado na Constituição que vai ser elaborada. São uma minoria, por certo, mas cuja capacidade de confundir e agitar não deve ser subestimada. Estes querem os impasses, os choques sucessivos, o desgaste das serenidades e, com ele, da perseverança no caminho da moderação, das transigências recíprocas e, finalmente, dos próprios mecanismos democráticos de entendimento.

Não é isso que os brasileiros majoritariamente pretendem. Daí a procedência da idéia presidencial de criar condições para um diálogo construtivo entre governo, empresários e sindicatos trabalhistas para que, juntos, com o espírito desarmado, ajudem-se uns aos outros a acertar mais nas suas avaliações recíprocas e nas suas decisões. Ajudem-se a errar menos. Porque os erros —a começar pelos do governo— custam caro, seja economicamente, seja em tranquilidade social.

O pacto, ou que outro nome se lhe dê, não pode supor concessões inaceitáveis deste ou daquele segmento, não deve significar a abdicação de valores fundamentais. Significa, isto sim, o que os políticos mais experimentados repetem todos os dias: dialogar, conversar, explorar pontos de possível aproximação, argumentar racionalmente. Não é sequer de prever que se chegue logo a acordos plenamente satisfatórios. Mas o processo de coexistir no respeito mútuo, que é a base mesma da democracia, deve começar pelo diálogo entre as partes e não pelo isolamento delas. Implantado o isolamento, que é o objetivo da minoria já citada, os meios de ação que restam são sempre negativos.

Nem tudo, porém, é simples como possam supor os partidários da hipótese do pacto. Algumas perguntas precisam ser respondidas preliminarmente. Está o governo disposto a contribuir com sua parte —que será forçosamente a maior— para a concretização da intenção do presidente Sarney? Isto é: concordará em reduzir os seus gastos de custeio? Concordará em reduzir o seu tamanho? Concordará em reduzir o nível da sua intervenção no domínio econômico? Quanto aos empresários: descapitalizados pela recessão do período anterior e pelas consequências da reforma monetária e medidas complementares, terão fôlego para ceder ainda mais? Quanto aos trabalhadores: mal recuperado o seu poder de compra e reduzido o desemprego, nos últimos dois anos, estarão dispostos a abrir mão dessas vitórias, por certo ainda modestas, para integrar-se no pacto?

Sacrifícios serão necessários, por parte de todos, para o êxito democrático da transição e da Constituinte, que será o seu desfecho. Mas se forem racionalmente justificados, graças a uma comunicação desimpedida e franca, ninguém de boa fé se furtará a aceitá-los, nem partirá para radicalizações. Precisamos apostar na racionalidade e nos homens de boa fé.